

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: INTERFACE DAS PRÁTICAS SOCIAIS E HUMANAS

Rodrigo Guedes de Araújo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Email: pedagogodaterra@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo tecer algumas considerações sobre os conceitos teóricos de trabalho, Educação do Campo e capitalismo tratados por Marx, Frigotto e Freire, com vistas a identificar os tipos e as relações de trabalhos em diferentes contextos sociais; realizar uma breve síntese das concepções de Educação do Campo e compreender os sentidos do trabalho na perspectiva do princípio educativo e da formação humana dos sujeitos. Destacaremos as contradições e a complexidade, pois ao mesmo tempo em que é liberdade, é servidão, ao mesmo tempo em que forma, deforma. Neste caso, ele tem que ser tratado de modo uno, em suas múltiplas dimensões. Assim, fazemos uma análise da relação entre trabalho e educação como processo de humanização ou subordinação dos sujeitos, identificando as principais transformações ocorridas no âmbito do mundo do trabalho e de suas conexões com os processos formativos educacionais. Ainda consideramos que na relação entre trabalho e educação em todas as suas formas que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora e que, mesmo na sua ambivalência, ambas podem atuar de forma direta e objetiva na superação das formas de exploração humana.

Palavras – chave: Educação do Campo; Trabalho e Emancipação.

INTRODUÇÃO

[...] diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu direi onde está a educação [...] (SADER, 2005)

Com esta importante epígrafe de Sader, abordamos, neste artigo, algumas tessituras sobre a relação entre Educação e trabalho, conexão que é apontada por alguns autores de suma importância no processo de emancipação dos sujeitos.

O objetivo do artigo é tecer algumas considerações acerca dos conceitos históricos e teóricos de Marx, Engel, Freire, Frigotto e outros autores sobre as categorias de Educação, trabalho, humanização e emancipação, identificando, assim, os tipos e as relações de trabalhos em diferentes contextos sociais e políticos; realizar uma breve síntese das concepções e das categorias do trabalho e de educação no Brasil e analisar as interconexões da relação entre trabalho e educação para o exercício pleno da cidadania. Além disso, nos propomos a compreender os sentidos do trabalho na perspectiva do princípio educativo e da formação humana dos sujeitos.

As categorias de Trabalho e Educação desde a sua gênese são marcadas como elementos *sine qua non* para o pleno desenvolvimento das práticas sociais e humanas e do exercício da cidadania. Por esse entendimento, destacaremos as contribuições de Marx (1983), Freire e Frigotto fazendo uma leitura das mudanças ocorridas no mundo e nas relações de trabalhos, realizando uma análise dos conceitos de trabalho produtivo, trabalho alienado dentro do sistema capitalista.

Esses processos são históricos e carregados de conflitos, pois acreditamos que tudo isso passa pela produção artesanal para a manufatura e maquinofatura, sendo esses dois processos históricos dolorosos, em que seres humanos foram privados do controle sobre as suas vidas e o seu trabalho. (FERREIRA, 2005, p. 69)

No campo da educação, elucidaremos as concepções e o conceito acerca da Educação e processos formativos no âmbito da educação brasileira tendo Paulo Freire como um dos principais teóricos, associando-o a outros também importantes. Neste sentido, realizamos uma breve análise das interconexões dos princípios educacionais e do trabalho como elementos de emancipação humana, na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Ao longo da história, as formas e a condição de vida da espécie humana deram-se principalmente pela via da realização do trabalho, assumindo diferentes conotações e sentidos, ora entendido como expressão de vida e emancipação, ora compreendido como algo negativo, degradante e infelicidade ou até como escravidão.

Comumente falando, o trabalho sempre foi considerado toda e qualquer atividade realizada pelas pessoas como pescar, lavar, caçar, cultivar lavoura, cuidar da casa ou mesmo cuidar das

crianças. Esse entendimento sobre o trabalho configura-se dentro do período da pré-história, quando os nômades viviam de forma tradicional ou nômade, sendo que o trabalho era dividido por sexo, de acordo com o gênero, idade e força física. Normalmente, tratamos de trabalho como tudo aquilo que o homem/mulher faz para a sua subsistência (RODRIGUES, 2018). Segundo o conceito de Trabalho em estudos de Marx (1983, p. 149):

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as formas naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua vida.

É notório que existe uma variedade de definições e entendimento sobre o que é o trabalho. Podemos toma-lo em sua origem etimológica, como termo que vem do latim: Tripallium, instrumento utilizado na lavoura. No século VI, por exemplo, esse instrumento passou a ser chamado de, tripaliare “tri” (três) e “palus” (pau), ou seja, três paus, objetivo romano de tortura. Acometer alguém ao tripalium com o passar do tempo ganhou outros significados.

Na Antiguidade, por volta do século VIII, as principais formas de trabalho estavam ligadas à valorização do trabalho intelectual como as belas artes, literatura e música para os nobres, mas menosprezo pelo manual – braçal para a construção de grandes prédios, palácios e castelos.

Na Idade Média, aproximadamente no Século XV, o trabalho seguia uma visão cristã, especialmente do catolicismo, que considerava-o como uma forma de sofrimento, de provação e fortalecimento do espírito para alcançar o céu e, por isso, os seus (in) fiéis eram submetidos a vários tipos de trabalho exaustivo com a promessa de receber a salvação divina. Dentre os aspectos que também estavam ligados ao trabalho encontrava-se a dependência do senhor para sobreviver. Os servos trabalhadores exerciam o seu labor em terras alheiras, na modalidade de arrendamento e, como forma de pagamento, era repassado para os “donos” da terra a maior parte do que era produzido, fazendo-o como forma de pagamento.

No período medieval, o trabalho foi ainda marcado pela divisão social e das classes. ra o escravo; os patrícios eram incumbidos apenas das atividades políticas e de representação aos nobres. A estrutura social montada no período medieval estava organizada pelos três

segmentos: Nobreza, Igreja e camponeses. Assim, a sociedade era estática e hierarquizada. (CALAINO, 2015).

Na Idade Moderna, que abarca mais ou menos o século XVIII, o trabalho foi marcado pela Revolução Industrial, com o surgimento de máquinas e forte exploração da mão de obra humana. A referência central desse período está no fortalecimento do comércio e utilização do trabalho assalariado¹.

Essas mudanças e as transformações ocorridas nas principais características no campo do trabalho e permitiram às pessoas percorrerem um caminho que vai desde a produção para a subsistência até o trabalho assalariado na sociedade atual. Segundo Ferreira (2005), esses processos foram e são históricos e carregados de conflitos, pois acreditamos que tudo isso passa pela produção artesanal para a manufatura e maquinofatura, sendo esses dois processos históricos, dolorosos, em que seres humanos foram privados do controle sobre suas vidas e seu trabalho.

Ressaltamos aqui que as mudanças ocorridas nas relações de trabalho nos períodos da Idade Média e Contemporânea, principalmente, transformando trabalho comunal em trabalho alienado, trouxeram sérios prejuízos e exploração da classe trabalhadora sobre forte influência do sistema capitalista.

Para que seja possível melhor compreender as relações entre Trabalho e Educação nos tópicos seguintes, faz-se necessário destacar os conceitos de trabalho alienado e sistema capitalista trazidos por Marx (1983).

Antes disso, deve-se considerar que Marx definiu a força do trabalho como um bem “inalienável” do ser humano, e *aliena-lo seria o mesmo que alienar o direito a própria vida*. Para Marx (1983), o trabalho seria a própria identidade do homem, como ser transformador e criador e também como forma de organização social, já que as relações de trabalho seriam a força de união do povo na construção de uma sociedade mais igualitária.

A exploração da força do trabalho da classe foi a principal estratégia utilizada pelo Sistema Capitalista, que é um sistema de relações políticas e econômicas, cujo principal objetivo é a

¹ É a relação de trabalho caracterizada pela troca da força de trabalho por salário. Trabalho em série e não individualizado.

acumulação do capital, sendo esse o principal agente no processo de reprodução da riqueza (NOBRE, 2018, p. 45).

A forma de produção capitalista caracteriza-se pela impessoalidade do trabalho com o que produz, isto é, ele não possui nenhum envolvimento pessoal com o que está produzindo. O Capital (lucro) é o seu principal elemento e o Trabalho é compreendido como mercadoria. Com a forte influência desse sistema, foi desencadeada, segundo Marx (1883), a divisão do trabalho, que é a origem de três realidades sociais: distribuição desigual do trabalho e dos produtos criados; aparecendo a propriedade privada e as várias classes sociais.

CRÍTICA DE MARX E ENGELS E A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO.

A crise do capital teve como principal expoente Karl Marx e Engels quando, de forma bastante incisiva, trouxeram várias críticas a esse modo de exploração da força de trabalho dos trabalhadores.

Ao escrever o *Manifesto Comunista*, Marx e Engels partem de uma análise histórica e distinguem as várias formas de opressão social durante os séculos que situam a burguesia moderna como nova classe opressora. Destacam que esses aspectos, juntamente com os recursos de aceleração de produção (tecnologia e divisão do trabalho), destroem todo o atrativo para o trabalhador, deixando-o completamente desmotivado e contribuindo para a sua miserabilidade e coisificação. Além disso, analisam o desenvolvimento de novas necessidades tecnológicas na indústria e de novas necessidades de consumo impostas ao mercado consumidor.

A verdade é que as profundas mudanças observadas no mundo do trabalho, decorrentes do processo de reestruturação ocorrido no âmbito do capitalismo, no qual se inclui, dentre outros aspectos, a revolução tecnológica, o padrão de acumulação flexível, a globalização da economia, tiveram como objetivo a sua própria recuperação (Antunes, 2001), entendemos que é certo que esta constatação de que isso só aumentou e acentuou a sua crise.

O principal sintoma da crise geral do capitalismo foi a cisão do mundo em dois sistemas: o capitalista e o socialista. A crise geral do capitalismo caracteriza-se também pela crise do

sistema colonial do imperialismo. Em ligação com o agravamento do problema dos mercados, surgiu a crônica atividade das empresas abaixo de sua capacidade e o desemprego em massa.

Neste período de declínio das ações do capital sobre mercado e a política, em que houve forte diminuição da taxa de lucro e a superprodução e o subconsumo, o sistema capitalista utilizou novamente novos espaços, estratégias e instrumentos para garantir a reestruturação do capital e, entre esses espaços, está a Educação ou escola.

A ESCOLA COMO “NOVAS” ESTRATÉGIAS DO CAPITAL.

O processo de reestruturação ocorrido no âmbito do capitalismo ainda no século XX utilizou vários espaços para propagar os ideais do capital sobre o mercado e os trabalhadores.

A educação (escola) aparece como uma forma de responder às demandas do capital e do trabalho. As "novas" propostas para a educação, a partir de então, passaram a ser simples produtos e meras mercadorias. De acordo com Frigotto, Ciavata e Ramos (2005), temos aí uma pedagogia dualista, cuja formação, capacitação era dupla, diferenciada entre: burguesia e proletariado.

Dentro da teoria da escola dualista, a escola é dividida em duas grandes redes: a escola burguesa e a escola do proletariado, com o papel de formação da força de trabalho e para inculcação da ideologia burguesa. Conforme os estudos de Establet (1971), vivíamos em uma sociedade dividida em classe, assim sendo, não é possível haver uma “escola única”. A verdade que sempre existiu duas escolas, não apenas duas escolas diferentes, mas opostas, heterogêneas, provocando, dessa maneira, a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual ou braçal.

Sobre esses aspectos, o pensamento gramsciano considera que a educação é um processo contínuo e a escola, uma via fundamental para a realização de uma educação humana que considere a disciplina no agir, onde o indivíduo aprende na medida em que faz escolhas.

Neste aspecto e considerando a escola como um desses aparelhos privados de hegemonia e espaço necessário à formação da nova ordem intelectual e moral, Gramsci abre caminho para a reflexão do papel da escola hoje na construção de uma práxis transformadora e libertadora. A escola do trabalho defendida por Gramsci tem características especiais: supunha não só a formação para o trabalho, mas a possibilidade da elaboração de uma cultura autônoma, bem diversa da cultura burguesa. Para os trabalhadores, o desejo de aprender surgia de uma

concepção de mundo que a própria vida ensinava-lhes e que eles sentiam necessidade de esclarecer para atuá-la concretamente. (SCHLESENER, 2002, p.69).

Para Frigotto e Ciavatta (2013, p. 748), a compreensão do sentido dado ao trabalho como princípio educativo, dentro da formação humana integral proposto em Marx, é fundamental para que todos pensem e lutem pela superação da exploração humana. Para esses autores, e a partir daí, deriva a relação entre o trabalho e a educação em todas as suas formas, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora, capaz de desenvolver as potencialidades do ser humano nas relações sociais políticas e culturais.

A dicotomia estabelecida entre escola e trabalho, ou entre educação e formação, constitui-se em uma das causas de um processo histórico que condiciona a forma de submissão do trabalhador às ordens do capital. Ou seja, a educação que distancia “educação e trabalho” é uma educação que subordina, que não emancipa e que se erige em condição fundamental para a ampliação do capital (SILVA E GOMES, 2014, p. 172).

Por esse entendimento que abordamos os pressupostos históricos e ontológico da Educação do Campo até então instituída pelos sujeitos históricos que vivem no campo e os movimentos que fazem deste um novo paradigma na educação brasileira.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS PARADGMAS DA EDUCAÇÃO.

Na história da Educação do camponês no Brasil, ela sempre ficou em segundo plano, talvez porque, desde o feudalismo, a elite dominante sempre tenha visto os camponeses como seus submissos, portanto não dignos de ter algum conhecimento científico, geralmente devido à concepção ideológica que fundamenta o sistema capitalista, que lucra mais quando os indivíduos desconhecem os seus direitos e não reivindicam melhores condições de trabalho e vida.

Nessa discussão, Sartori (2011, p.14) destaca que educação escolar não era prioridade para a maioria dos filhos e filhas dos trabalhadores ou demais pessoas que viviam em condições econômicas desfavoráveis, sendo a mão-de-obra das crianças e jovens necessárias para o sustento da família. Uma relação de produção, exploração e exclusão, que perdura ainda na sociedade brasileira.

O modelo de desenvolvimento implantado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e ainda serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, os indígenas, os negros(as) e os trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola, o letramento era desnecessário.

A partir desses pressupostos compreende a trajetória mais geral dos povos do campo e entender como importantes direitos como o de acesso à terra/território e à educação foram tão negados e sonhados historicamente, e fazer a relação entre a educação ofertada a esses povos com o modelo de desenvolvimento adotado até então pela oligarquia brasileira. Desse modo, a Educação do Campo nasce como um paradigma insurgente da educação. Segundo Caldart, Pereira, Alentejano e Frigoto (2011, p. 257):

‘A educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses das comunidades camponesas’. Portanto, é possível concluir que a Educação do Campo é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas).

Esta é uma educação diferenciada, pois a Educação do Campo é uma construção dos próprios sujeitos, com as suas práticas sociais, noção de territórios, culturas e diversidade que compõem o campo. Ela apresenta-se como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses para criarem e recriarem as condições de existência no campo.

Dialeticamente, concebemos, portanto, a Educação do Campo como “um direito a ter direitos”, ou seja, um direito “chave” para a conquista de outros direitos que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento humano, local e territorial dos povos do campo. É preciso, assim, compreender a importância da luta pela construção de um projeto de educação do campo que possa garantir o direito à educação do povo camponês (ARAÚJO, 2016).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária ganhou status de política pública de educação através do Decreto nº 7.352, de quatro de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Art. 1. A política de educação do campo destina-se à ampliação e da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

A atuação dos movimentos sociais: o campo está voltando à agenda do debate político do país, sendo parte da disputa de projetos de desenvolvimento, mas em um contexto de clara hegemonia do projeto do capital, que até poderá reeditar uma política de "educação para o meio rural", mas não tem como admitir que o Estado assuma a construção efetiva de um sistema público de Educação do Campo.

Contudo, Molina e Jesus (2004) afirmam que o grande desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o da práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui. É preciso significar o nome que criamos e constituir teórica e politicamente o conteúdo e a forma dessa nova bandeira que é a Educação no/do Campo.

A EDUCAÇÃO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.

O sistema capitalista trouxe consigo uma profunda mudança na ideia de formação humana. O trabalho passou a ser a atividade principal, não o trabalho criativo, ontológico, mas o trabalho como simples meio de produzir mercadorias.

Alguns estudiosos da época, a exemplo de Marx, Engels e outros pensadores que desenvolveram as suas ideias, na busca por contrapor-se contra esse tipo de formação, que tinha como centralidade o trabalho para a produção de dinheiro e de mercadorias, porém reconhecendo a centralidade do trabalho ontológico para a formação humana daquela época, construíramos fundamentos para uma concepção radicalmente nova de formação humana.

A formação humana integral, elaborada pela teoria marxista, também inclui, nessa formação, a preparação para o trabalho abstrato. Assim, na sociedade burguesa, teria que haver, como base, a formação de mão de obra para o capital, resignificando, dessa forma, o conceito de formação humana integral, porém utilizando o mesmo nome, para transforma-lo em uma formação do ser humano em mercadoria apta a reproduzir os interesses do capital.

A compreensão da formação integral do ser humano, elaborada por Marx e desenvolvida por outros pensadores marxistas como Gramsci, tornou-se uma impossibilidade absoluta na forma

de sociabilidade regida pelo capital. Isso porque uma formação humana integral, nos preceitos da teoria marxista, propiciaria ao ser social humano o acesso aos bens materiais e espirituais necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, desse modo, a formação integral implica emancipação humana. Porém, tal forma de sociedade requer, necessariamente, um tipo de trabalho que tenha eliminado a exploração e a dominação do homem pelo homem. Somente uma sociabilidade baseada nessa forma de trabalho poderá garantir membros plenos do gênero humano emancipados (TONET, 2008).

Assim, o sentido de formação que a educação ofertada para o campo veio tomando forma para a ampliação do próprio capital. Em uma busca incessante de mão de obra disponível para a maior extração de mais valia e a manutenção da ordem vigente no campo, a grande concentração de terras, a exploração das terras e da natureza para a exportação e a grande desigualdade social.

Pensar na relação entre educação e formação é pensar a relação entre educação e trabalho, sendo que, educação e trabalho, a mediação histórica dos processos de formação dos trabalhadores, faz-se importante entende-la para a Educação do Campo.

Por outro lado, Gramsci (2000) contribui para a nossa análise, principalmente, ao pensar uma proposta de escola humanista e unitária, mas também partindo dessa ideia do princípio educativo do trabalho. Essa proposta ajuda a superar grandes problemas vivenciados pelo formato de escola que temos hoje, pois, para o autor, a problemática vivenciada no mundo escolar decorre do fato que a escola unitária deveria, ainda, ser organizada como escola em tempo integral, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de estudo individual. (GRAMSCI, 2000, p. 38)

Por esse entendimento, compreendemos que os processos educativos na perspectiva da Educação do Campo foram se aproximando e apropriando da potencialidade formativa que o trabalho possui. A tomada de consciência dos trabalhadores de que os conhecimentos adquiridos na escola poderiam estar voltados para a formação do trabalhador foi peça chave nessa aproximação, conforme aclara Thompson (1987). Estudos do autor mencionado apontam que os conhecimentos tradicionais eram insuficientes para as novas necessidades impostas pela dominação burguesa. Assim, a relação entre a instituição escolar e o mundo do trabalho situa-

se, desde o início, para os trabalhadores, como uma estratégia de defesa ante a exploração do trabalho. (apud CIAVATTA, 2009, p.19) É claro que, junto a essa tomada de consciência, a classe dominante já se armava para uma apropriação imediata da educação com vistas à formação de mão de obra, em razão da maior extração de lucro e mais-valia, diante do avanço das forças produtivas.

Neste caso, cabe fazer referência a Thompson que é expressa por Ciavatta (2009), a qual permite pensar que é por meio da luta pela Educação do Campo que os trabalhadores rurais e camponeses, nas suas múltiplas formas, e em suas diversas estratégias de organização, tomam a consciência de que a escola é um lugar em disputa que eles devem ocupar, para resistir como camponeses. Assim, e corroborando a ideia, Freire (1993) afirma que:

A educação deve realizar-se como prática de liberdade. Os caminhos da libertação só pode se concretizar numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (Freire, 1993).

Nesse contexto de resistência e consciência, paradigma da Educação do Campo ganhou contribuições de áreas e teóricos que, de forma fundante, enlanguesceram o conceito e os pressupostos da educação e da emancipação dos sujeitos do campo.

Considerando, portanto, o pensamento de Gadotti (2000) ao afirmar que a escola atual tem com o objetivo formar o indivíduo no conhecimento inerente ao “ser cidadão”, preparando inclusive o aluno para o trabalho e a sua evolução como pessoa, constituindo, assim, o pleno exercício da cidadania e das práticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando os objetivos pretendidos neste artigo, cabe-nos considerar que as categorias do Trabalho e da Educação ao longo dos tempos sofreram uma série de mudanças, tanto no seu sentido como no seu significado.

O trabalho como produto da relação entre homem e natureza, agente construtor do trabalho, como produto de valor de uso sofreu forte influência do sistema capitalista, quando o transformou em produto de valor de mercado, fazendo o trabalhador em um mero homem/mulher de sua força de trabalho. Esse processo provou, segundo Marx, a desigualdade social entre os que verdadeiramente produziam (empregada e vendedor de sua mão de obra) e o empregado que exploração da força do trabalho de outros.

À escola, na condição de instituição social e escolar cujo objetivo é a formação dos sujeitos através dos conhecimentos sociais, princípios e valores construídos pela sociedade, incidiu a transmitir os valores do capitalismo de modo a garantir a sua reestruturação e expansão. O sentido de formação que a educação ofertada e, de certa forma, acentua no campo foi o de formar para a ampliação do próprio capital com o objetivo de aumentar e qualificar a mão de obra disponível para a maior extração de mais valia e a manutenção da ordem vigente no campo, a grande concentração de terras, a exploração das terras e da natureza para a exportação e a grande desigualdade social.

Mas, no paradigma da Educação do Campo, encontramos as principais formas de resistência desse modelo de educação, que explora o homem/mulheres nas relações de trabalho ao pautar a educação como princípio humano e forma de exercício das práticas sociais e humanas.

Assim, consideramos que na relação entre trabalho e educação em todas as suas formas que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora e que, mesmo na sua ambivalência, ambas podem atuar de forma direta e objetiva na superação das formas de exploração humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. Guedes **O PRONERA e as lutas sociais de políticas de EJA: um estudo do Projeto Pé na Estrada no Assentamento Agroextrativista São Francisco Serra do Ramalho - Bahia.** – Salvador, 2016. 106f. (Dissertação de Mestrado Profissional Educação de Jovens e Adultos – MPEJA/INEB)

ANTUNES, Ricardo L, C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo – SP: Boitempo, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BONIN, L,F,R. **Educação, consciência e cidadania.** SILVEIRA, AF., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 92-104. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Educação, Trabalho e Cidadania.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 14. pp 98-109 Janeiro de 2017 ISSN:2448-0959.

CALDART, R, S; PEREIRA, I, B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CALAINO, D;B. **História Medieval e Feudalismo.** Editora: Vozes, 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 22ª edição, São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1996.

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **ESCOLA, EDUCAÇÃO E TRABALHO NA CONCEPÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI**. Apresentação de trabalho no Congresso Nacional de Educação –Educere, 26 a 29 de outubro de 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 25ª edição, São Paulo: Ed Paz e Terra, GONÇALVES, R. C. **Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho**. In: Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e o Mundo do Trabalho. Laffin, M. H. L. F (Org.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2012, 240.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades**, Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, 1985. p. 175-192.

MARK. K. **O Capital**. V. 1/11. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "**As relações de trabalho e a sociedade**"; **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-trabalho-futuro.htm>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. SP: Boitempo, 2005. p.15-18.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SCHLESENER, A. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2002.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana**. In: JIMENEZ, Susana, e outros (Orgs.). **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Acesso em: 30/05/2018

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. Texto Crítico do Trabalho Acadêmico (Livre Docência). Presidente Prudente, 2009

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Rodrigo Guedes de Araújo

Nível mais alto de formação (concluída ou em curso), Instituição do nível mais alto de formação (sigla); Instituição em que trabalha/estuda- País; Programa de Pós-Graduação em que atua ou estuda; Grupo de Pesquisa de que faz parte; Bolsista de XXXXX (se houver). E-mail: pedagogodaterra@gmail.com